

**Processo:** 10806/2026

**Interessado:** Fundo Municipal de Saúde de Itaberaí-GO.

**Assunto:** Aquisição de materiais de consumo (teste rápido), para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Itaberaí-GO.

**Valor Estimado:** R\$ 108.421,50 (cento e oito mil, quatrocentos e vinte e um reais e cinquenta centavos)

## PARECER CONTROLE INTERNO

### Dos Fatos:

Trata-se de procedimento encaminhado a esta Controladoria Geral do Município para parecer acerca da aquisição de materiais de consumo (teste rápido), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, neste Município, conforme Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência anexo.

O Ministério da Saúde tem suas orientações e diretrizes que é a ampliação da capacidade diagnóstica por meio da utilização de testes rápidos, o qual constitui estratégia importante para o enfrentamento de doenças transmissíveis, permitindo maior agilidade na confirmação de casos, no monitoramento epidemiológico e na implantação de medidas de controle e prevenção. Logo percebe-se a necessidade de aquisição de testes rápidos destinados à detecção de agentes etiológicos associados às principais doenças de interesse epidemiológico, tais como COVID-19, Influenza A e B, Vírus Sincicial Respiratório (VSR), Dengue (NSI e IgG/IgM), Leishmaniose Visceral Humana, Hanseníase e Malária.

É sucinto o relatório.

### Da Fundamentação:

Na qualidade de responsável pela Controladoria Geral do Município de Itaberaí-GO, em conformidade com o previsto no art. 74, inciso II da Constituição da República, Lei Municipal nº 1.226/2013, e Instrução Normativa 08/2021 do Tribunal de Contas dos Municípios, cabe a esta Controladoria uma atuação na fiscalização contábil,



**Controladoria Geral**



financeira, orçamentária e patrimonial, no tocante a legalidade, economicidade, moralidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos.

Por se tratar, conseqüentemente de realização de despesas no referido procedimento de Licitação, resta configurado a competência do Controle Interno para análise da presente manifestação, o que passaremos a fazer.

Em linhas gerais, para que a Administração Pública celebre contrato administrativo com a iniciativa privada, há a necessidade de prévia licitação, a qual foi modernamente consagrada na Constituição Federal, no artigo 37, XXI.

Com tais premissas, depreende-se que a exigência de licitação prévia para as contratações da Administração Pública, em suas diversas modalidades, decorre da presunção constitucional de que este seria o meio hábil a assegurar a maior vantagem possível à Administração Pública, segundo seus princípios norteadores, assegurando, assim, que a supremacia do interesse público foi atendida neste certame.

#### **Da Análise Documental:**

O processo foi instruído com os documentos exigidos para a formalização dos procedimentos licitatórios, contratos e aditivos, constantes dos autos, a saber:

- I. consta Documento de Formalização da Demanda (DFD) nº. 213/2026, 237/2026;
- II. consta Estudo Técnico Preliminar 110/2026;
- III. consta Termo de Referência 137/2026
- IV. consta Pedidos de Compras/Serviços 74600, 74596;
- V. consta Mapa de Cotação nº 37583;
- VI. consta mapa de riscos
- VII. consta Declaração de Dotação Orçamentária;
- VIII. Departamento Geral de Compras;
- IX. Minuta do Contrato.



**Controladoria Geral**



### **Conclusão:**

Ante o exposto, esta Controladoria Geral do Município, após análise dos documentos constantes dos autos, conclui que o processo está revestido das formalidades legais, na fase inicial, opinando pela **REGULARIDADE** do procedimento, podendo dar prosseguimento às fases posteriores.

Cumpre destacar que esta Controladoria não compete adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos.

Controladoria Geral do Município, em 28 de abril de 2026.



**Eliseu José Braz – Cel R/R**  
Controlador Geral do Município  
Decreto nº 011/2025

